

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**PARECER Nº 125/2025**

**PROTOCOLO SAP Nº 1000000235**

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE CURSO, NA MODALIDADE PRESENCIAL *IN COMPANY*, COM O TEMA: “PLANEJAMENTO, FASE PREPARATÓRIA E INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES”.

**INTERESSADO:** DJU

Sr. Presidente,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação de contratação de curso, na modalidade *in company*, com o tema: “Planejamento, fase preparatória e integridade nas contratações”, ofertado por **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA**.
2. O procedimento de contratação direta veio à DJU instruído com os seguintes documentos:

DOCUMENTOS
C.I. – DJU e Termo de Referência
Apresentação do curso e proposta comercial
Documentação do organizador do evento
Atestado de Capacidade Técnica da organizadora do evento
Documentos para Justificativa de Preço
Manifestação da CDESP
Aprovação do TR pelo diretor da DJU

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

Autorização para deflagração da fase interna do procedimento de contratação direta pelo Diretor Presidente
Manifestação da COLIC opinando pela regularidade do termo de referência
Manifestação da CSUPR
Cotação de compras registrada no SAP
Manifestação da CPLC opinando pela possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação
Declaração de Adequação Orçamentária
Proposta de Preço com datas atualizadas
Minuta do Contrato

3. É, em síntese, o relatório.

**II - ANÁLISE JURÍDICA**

**II.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

6. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

9. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

**10.** Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

**11.** Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

**12.** Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.”

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

(Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

13. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

14. Por fim, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

**II.2 – DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

15. O art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016 dispõe, *in verbis*:

*Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:*

*(...)*

*II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, **com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;*

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
  - c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
  - d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*
  - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*
  - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
  - g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.*
- (...)

*§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

(...)

**16.** No caso em tela, o que se pretende é a contratação de curso, na modalidade *in company*, com o tema: “Planejamento, fase preparatória e integridade nas contratações”, amoldando-se na hipótese legal descrita acima, eis que se trata de evento voltado à capacitação e ministrado por instituição notoriamente especializada.

**17.** No caso em análise, o setor requisitante expôs as seguintes justificativas para a presente contratação:



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**3. DESCRIÇÃO DO OBJETO. ESPECIFICAÇÕES.**

Farão parte da Grade programática os seguintes módulos:

- **Módulo: Planejamento e Fase Preparatória nas Contratações:** 8h/a
- **Módulo: Gestão de Riscos nas Contratações:** 8h/a
- **Módulo: Integridade nas Contratações:** 8h/a
- **Módulo: Planejamento da Contratação em Obras Públicas:** 8h/a
- **Módulo: Contratação de Serviços Terceirizados:** 12h/a

O curso será adaptado à realidade normativa da APPA, com discussão de casos práticos e interação direta com os servidores.

O conteúdo programático do curso será **inteiramente adaptado à realidade normativa da APPA**, de modo que as aulas serão elaboradas com base nos normativos internos vigentes e nas diretrizes de planejamento e contratação já sedimentadas na Administração.

Durante o treinamento, **serão abordados casos práticos específicos do ambiente da APPA**, possibilitando a análise crítica de situações reais e a aplicação imediata do conhecimento adquirido.

Os professores indicados estarão **imersos e totalmente dedicados às rotinas e demandas da APPA durante a execução do curso**, favorecendo uma interação direta e exclusiva com os servidores, o que maximiza a efetividade do aprendizado, permite a resolução de dúvidas pontuais e contribui para a consolidação de boas práticas internas.

Essa metodologia de abordagem prática, direcionada e personalizada, assegura um aproveitamento qualitativamente superior por parte dos participantes, alinhando a capacitação aos objetivos estratégicos da APPA em matéria de excelência na gestão das contratações públicas.

Professores especializados participantes:

- **Tatiana Camarão**, Mestre em Direito, referência em Direito Administrativo e Licitações, com vasta experiência acadêmica e prática;
- **Márcio Medeiros**, especialista em Gestão de Riscos, Compliance e Planejamento Estratégico no setor público;
- **André Kuhn**, engenheiro civil e ex-dirigente do DNIT e VALEC, com sólida experiência em contratos de obras públicas;
- **Thiago Bergmann**, mestre em Administração, com atuação especializada em auditoria e licitações públicas no Tribunal Superior Eleitoral.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

Além das vantagens já expostas, cumpre destacar dois pontos de relevante consideração: primeiramente, a realização do curso em formato *in company* permitirá a interação direta entre os participantes, favorecendo a troca de experiências e a discussão focada em casos práticos e na solução de problemas pontuais da realidade da APPA, promovendo, assim, um ambiente de aprendizagem colaborativo e aplicado.

Em segundo lugar, o custo envolvido na vinda de três professores especializados para ministrar o curso é significativamente inferior ao que seria necessário para deslocar cerca de 50 empregados da APPA para participar de capacitação externa, medida que, além do elevado custo financeiro, inviabilizaria a operacionalização simultânea, podendo comprometer a continuidade dos serviços essenciais e gerar acúmulo de tarefas em prejuízo das atividades rotineiras da entidade.

Convergindo estes fatores, o resultado tem características únicas, de caráter insubstituível; o que inviabiliza a comparação objetiva com outros eventos que tratem de natureza semelhante, ainda que, abordem pontualmente, alguns temas em comum.

De todo modo, reforçando a ideia de vantajosidade na contratação, foram juntadas três notas de empenho/fiscais de cursos oferecidos para outras entidades, pelas quais, comparando-se a carga horária e valor do curso, constata-se que o valor ofertado para a presente contratação é compatível com os preços praticados pela empresa.

É essa configuração distinta, que possibilita somente a contratação sob a égide da inexigibilidade, afastando por completo, a natureza competitiva do mercado de cursos e eventos realizados de forma regular/periódica.

- 18.** É oportuno registrar que quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, deve-se ter como fundamento a ausência de pluralidade de potenciais executores do encargo ou a impossibilidade de definir critérios objetivos de julgamento. Nessa linha, a formatação de um curso depende de aspectos incomparáveis, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a qualificação dos professores, entre outros.



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**19.** Assim, pode-se concluir que a soma de informações sobre o evento e sobre a organizadora, que apresentou inclusive atestados de capacidade técnica comprovando a anterior e satisfatória ministração de cursos *in company*, é o que valida sua escolha e, por conseguinte, a contratação por inexigibilidade.

**20.** De outro giro, convém destacar que, em que pese seja prescindível a realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

**21.** Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) **pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar**”.

(Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

**22.** Conforme se verifica da instrução do protocolo, o preço pode ser considerado devidamente justificado, eis que a proposta encaminhada à APPA contém preço equivalente ao discriminado em contratos que envolvem objeto de natureza e complexidade similar recentemente celebrados pela **SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA:**

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

<b>FAVORECIDO</b>			
<b>Credor:</b>	<b>41848 - SUPERCIA CAPACITACAO E MARKETING LTDA</b>	<b>CNPJ:</b>	11.128.083/0001-15
<b>Endereço:</b>	EDUARDO ELIAS ZAHARAN - Nº.: 420	<b>Insc. Estadual:</b>	isento
<b>Cidade:</b>	CAMPO GRANDE-MS	<b>Insc. Municipal:</b>	
<b>Banco:</b>	- -	<b>Conta:</b>	-
<b>Email:</b>	sumaiak@supercia.com.br	<b>Agência:</b>	- -
		<b>Telefone:</b>	(67) 33423300
<b>Descrição:</b> CORRESPONDENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CURSO PARA APERFEIÇOAMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO, SENDO: EXMO PREFEITO MUNICIPAL; VICE-PREFEITO; SECRETÁRIOS MUNICIPAIS; SECRETÁRIOS ADJUNTOS; E SUPERINTENDENTES DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT, CONTEÚDO ABORDADO: "GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA", <b>CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 16 HORAS</b> , CONFORME PROCESSO DE COMPRA DE INEXIGIBILIDADE 20/2025, OFÍCIO 58/2025/SEMFAZ E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.			
<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO</b>			
<b>Saldo anterior:</b>	R\$ 1.046.000,08	<b>Valor empenhado:</b>	<b>R\$ 64.800,00</b>
<b>Saldo atual:</b>	R\$ 981.200,08		
<b>Valor por extenso:</b>	SESSENTA E QUATRO MIL OITOCENTOS REAIS		

<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>			
	Nome/Razão Social: <b>SUPERCIA CAPACITACAO E MARKETING LTDA</b>		
	CPF/CNPJ: <b>11.128.083/0001-15</b>		
	Inscrição Municipal: <b>0013824700-7</b>		
	Endereço: <b>AVENIDA EDUARDO ELIAS ZAHARAN, Nº420 - CASA 02 - VILA JARDIM PAULISTA - CEP:79050-000</b>		
	Município: <b>CAMPO GRANDE</b> UF: <b>MS</b>		
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>			
Nome/Razão Social: <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ</b>			
CPF/CNPJ: <b>04.567.897/0001-90</b>			
Endereço: <b>AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, Nº3089 - BAIRRO SOUZA - CEP:66613-710</b>			
Município: <b>BELEM</b> UF: <b>PA</b> E-mail: <b>paulo.correa@tjpa.jus.br</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>			
<b>Descrição:</b> REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO CURSO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS			
<b>INSTRUTORA: TATIANA CAMARAO</b>			
<b>CARGA HORÁRIA: 16 HORAS/AULA</b>			
<b>REALIZADO DAS: 10 E 17 DE JULHO DE 2024</b>			
<b>NOTA DE EMPENHO: Nº 6789/2024 DE 13/06/2024</b>			
<b>CONTA CORRENTE PARA DEPÓSITO: BANCO DO BRASIL S/A - AG. 2936-X CONTA CORRENTE: 132867-0</b>			
<b>OBS: A EMPRESA PRESTADORA É OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL E TODOS OS TRIBUTOS DEVIDOS SERÃO RETIDOS PELA MESMA.</b>			
<b>Tributável SIM</b>	<b>Item PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTO</b>	<b>Qtde 1</b>	<b>Unitário R\$ 64.800,00</b>
			<b>Total R\$ 64.800,00</b>

(preços informados no arquivo Justificativa de Preço - SUPERCIA)

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

• **Carga Horária Total: 51h/a divididas em:**

- 7h/a – Levantamento e Diagnostico
- 8h/a presenciais para MÓDULO - PLANEJAMENTO E FASE PREPARATÓRIA NAS CONTRATAÇÕES
- 8h/a presenciais para MÓDULO- GESTÃO DE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES
- 8h/a presenciais para MÓDULO INTEGRIDADE
- 8h/a presenciais para MÓDULO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS
- 12h/a presenciais para MÓDULO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

**Data: 4, 5 e 6/6/2025**

- 8h/a presenciais para MÓDULO - PLANEJAMENTO E FASE PREPARATÓRIA NAS CONTRATAÇÕES
- 8h/a presenciais para MÓDULO- GESTÃO DE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES
- 8h/a presenciais para MÓDULO INTEGRIDADE

**Data: 9/6/2025**

- 8h/a presenciais para MÓDULO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS

**Data: a combinar**

- 12h/a presenciais para MÓDULO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS



**Nº. de participantes:** até 50 servidores sem alteração de valores.

**Valor:** R\$ 198.800,00

(proposta encaminhada à APPA)

**COMPARATIVO DOS VALORES DA HORA/AULA**

PREÇO HORA/AULA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS - MT	PREÇO HORA/AULA TJ-PA	PREÇO HORA/AULA – PORTOS DO PARANÁ
16H – R\$ 64.800,00 H/A R\$ 4.050,00	16H – R\$ 64.800,00 H/A R\$ 4.050,00	51H – R\$ 198.800,00 H/A 3.898,03

**23.** Ante as informações acima, é possível concluir pela compatibilidade do preço proposto à Portos do Paraná com o preço proposto pela organizadora aos demais contratantes de capacitações.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**II.3 - QUANTO A EVENTUAL NECESSIDADE DE  
APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELO CONSAD**

**24.** Devidamente analisado o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares para a contratação em tela, torna-se possível ao gestor avaliar a conveniência e oportunidade da contratação.

**25.** Caso conclua por deflagrar a contratação pretendida, é necessário que o Diretor Presidente avalie o envio do presente protocolado para apreciação do Conselho de Administração da APPA – CONSAD, isso porque conforme consta no item “7” da Ordem do Dia da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva foi aumentada para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

*“O Conselho de Controle das Empresas Estatais – CCEE, editou Deliberação Normativa nº. 003/2019, que prescreve os seguintes percentuais e atribuições: “... Art. 6º -A competência para deliberar sobre a celebração de quaisquer negócios jurídicos, incluindo aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e a associação com outras pessoas jurídicas, deverá ser atribuída: .... IV – Ao Conselho de Administração, quando o valor envolvido for superior a 2% do Capital Social integralizado da Companhia. Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de*

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

*reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos."*

26. No presente caso, considerando que, consoante informações constantes no protocolo em tela, o valor da contratação é de **R\$ 198.800,00 (cento e noventa e oito mil e oitocentos reais) não é necessária a aprovação pelo CONSAD.**

**II.4 - DA REGULARIDADE DA MINUTA CONTRATUAL**

27. Superada a análise da possibilidade da contratação direta, passamos a análise da minuta contratual. O art. 253 do RILC elenca as cláusulas necessárias nos contratos e, a fim de facilitar a visualização de sua regularidade, elaboramos a tabela abaixo:

REQUISITOS DO CONTRATO	CLÁUSULA
I - os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a legislação aplicável à execução do contrato, especialmente aos casos omissos;	Preâmbulo, 20
II - o objeto e seus elementos característicos;	Preâmbulo, 1
III - o regime de execução ou a forma de fornecimento;	3
IV - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme o caso;	4, 5, 6
V - os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento definitivo, conforme o caso, e de vigência contratual;	9 e 10



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

VI - as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas;	8 – garantia de execução dispensada.
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;	Obrigações: 11 e 12 Infrações e penalidades e valores das multas: 14
VIII - que constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação e demais encargos sociais, trabalhistas e fundiários dos empregados, podendo ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;	12.7, 14.1 e 15.1
IX - as causas de rescisão do contrato e as hipóteses e os mecanismos para alteração de seus termos;	Rescisão: 15 Alteração: 16
X - a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;	2
XI - a obrigação da contratada de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;	12.9
XII - matriz de riscos, que será obrigatória quando o objeto envolver a execução de obra ou serviço de engenharia para ser executada no regime de contratação integrada e contratação semi-integrada, sendo facultativa nas demais contratações.	17 – matriz dispensada.

**28.** Ante o exposto, verifica-se o cumprimento dos requisitos da minuta do contrato, de modo que o referido documento está em conformidade com as exigências legais e regulamentares e apto a produzir os efeitos dele almejados.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**III – ANÁLISE GERAL DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE  
CONTRATAÇÃO DIRETA**

**29.** Considerando a possibilidade de contratação direta, conforme exposto no item acima, destaca-se que o artigo 80 do RILC dispõe acerca dos elementos mínimos que devem constar na instrução dos processos de contratação direta. A fim de facilitar a constatação da regularidade do procedimento em tela, elaboramos a tabela abaixo:

<b>Art. 80</b> O processo de contratação direta será instruído, <b>no que couber</b> , com os seguintes elementos mínimos:	
I – estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;	Não se aplica, objeto não relacionado com obras, serviços ou compras de engenharia.
II – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Não se aplica, a contratação não se dá em caráter emergencial.
III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;	O setor requisitante justificou a escolha no termo de referência.
IV – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da	Atendido.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

consulta de preços de mercado;	
V – declaração de disponibilidade orçamentária;	Atendido.
VI – parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;	Manifestação da COLIC e parecer jurídico em tela.
VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;	Não se aplica, pois não se trata de contratação direta por dispensa em razão de baixo valor.
VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.	<b>Apresentados os documentos pelo setor requisitante, no entanto, é necessário atualizar as certidões negativas vencidas.</b>

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.	Termo de referência anexo.
§1º Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;	Justificativa de preço apresentada.
§2º Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação a justificativa de preços deverá ocorrer por meio da juntada de 3 (três) propostas comerciais capazes de preencher os requisitos necessários para a celebração da contratação pretendida;	Não se aplica, pois não se trata de contratação direta por dispensa de licitação.
§3º Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação a prova da	Não se aplica, eis que a contratação não será por

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

exclusividade do contratado poderá ser feita por atestados ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente pelo órgão de registro do comércio do local; por entidades sindicais; por associações de classe; pelo fabricante, na hipótese de representante exclusivo; por consultas realizadas com outras empresas dedicadas ao mesmo ramo de atividade econômica ou que atuem na mesma área de especialização; por especialistas ou centros de pesquisa; ou por outras pessoas idôneas.	inexigibilidade em razão de exclusividade do contratado para execução do objeto.
---	--

30. Da análise sintetizada na tabela supra **verifica-se apenas a necessidade da atualização das certidões de regularidade fiscal já vencidas.**

**IV - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, conclui-se que os requisitos para a contratação do curso pretendido através de inexigibilidade de licitação, enquadrando o serviço a ser prestado como “técnico especializado, com profissionais ou empresa de notória especialização”, notadamente de “treinamento e aperfeiçoamento de pessoal” (art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei nº 13.303/2016), restam presentes, não sendo necessária a aprovação da contratação pelo CONSAD, eis que o valor da contratação é de **R\$ 198.800,00 (cento e noventa e oito mil e oitocentos reais)**.



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**32.** No entanto, recomenda-se que previamente a celebração do contrato sejam atualizadas as certidões negativas já vencidas.

**33.** Por fim, anote-se que em havendo a contratação devem ser tomadas as demais providências atinentes às contratações diretas.

Paranaguá, 19 de maio de 2025.

**VITÓRIA MASS SPISILA**  
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
Assinado digitalmente

**MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES**  
ANALISTA PORTUÁRIO  
Assinado digitalmente

**LUCAS EDUARDO PONTES PIRATELO**  
GERENTE CONTENCIOSO  
Assinado digitalmente

**COMUNICAÇÃO INTERNA 7263/2024.**

Documento: **PARECERINEXIGIBILIDADECURSOINCOMPANYPLANEJAMENTODECONTRATACOESSAP1000000235.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 20/05/2025 10:14 Local: APPA/DJU.

Assinatura Simples realizada por: **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 19/05/2025 18:37, **Lucas Eduardo Pontes Piratelo (XXX.721.819-XX)** em 20/05/2025 09:31.

Inserido ao documento **950.459** por: **Vitoria Mass Spisila** em: 19/05/2025 18:37.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**ce28466a1376df025e56ff0a12a3ad3c.**